



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

JOSILENE SOUTO DE OLIVEIRA

**CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM
FAZER POSSÍVEL**

**CAMPINA GRANDE/PB
AGOSTO/2014**

JOSILENE SOUTO DE OLIVEIRA

**CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM
FAZER POSSÍVEL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. DraValdecy Margarida da Silva

CAMPINA GRANDE/PB
AGOSTO/2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48c Oliveira, Josilene Souto de
Construção coletiva do projeto político pedagógico
[manuscrito] : um fazer possível / Josilene Souto de Oliveira. -
2014.
39 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia
EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino
Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.
"Orientação: Valdecy Margarida da Silva, Secretaria de
Educação à Distância".

1. Gestão Democrática. 2. Coletividade. 3. Fazer
Pedagógico. I. Título.

21. ed. CDD 371.201 1

JO SILENE SOUTO DE OLIVEIRA

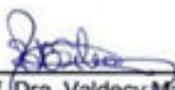
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM
FAZER POSSÍVEL

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Universidade
Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

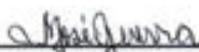
Data de avaliação: 02/08/2014

Nota: 9,0

BANCA EXAMINADORA



Orientador (a): Prof. Dra. Valdecy Margarida da Silva
(UEPB)



Examinador (a): Prof. Dra. Maria José Guerra
(UEPB)



Examinador (a): Prof. Ms. Silvânia Karla de Farias Lima
(UEPB)

A Deus, que caminhou junto a mim e me fez sentir forte em todos os momentos, mostrando que tudo o que sou devo a Ele. Como razão do meu viver.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois o que seria de mim sem a fé que deposito nele. Ao meu esposo, Inácio, que de forma especial me apoiou e deu força em todos os momentos.

A toda a minha família que de forma direta ou indiretamente me apoiaram.

Agradeço aos meus colegas de sala pelo afeto recebido, coordenação, professores e de modo especial a minha secretária de educação, Amarides Dias, pelo crédito e confiança que me foi dado.

A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconsciência num permanente movimento de busca.

Paulo Freire (1988)

RESUMO

O referente trabalho monográfico partiu da curiosidade e necessidade de conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP), tendo como tema Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico. O objetivo deste é questionar, conhecer e fazer um diagnóstico sobre a sua atuação e a importância que o mesmo leva para dentro das instituições escolares, bem como a intervenção família/escola/comunidade. Para tanto, este trabalho foi elaborado a partir de pesquisa descritiva, em que foram feitas análises textuais, questionamentos, observações sistemáticas, interpretações, entrevistas, colhendo-se resultados como o conhecimento da importância que a proposta leva para as instituições escolares a partir da sua construção como resultado inacabado. A construção do PPP está sempre em andamento e este documento, quando elaborado de forma democrática, pode trazer mudanças novas e satisfatórias para o crescimento escolar. Portanto, a construção de todo trabalho realizado veio proporcionar subsídios acerca das questões que norteiam o PPP, para compreender a sua importância e significado, qual tal sua relação com todos que fazem a comunidade escolar e também buscar uma reflexão acerca de alguns requisitos para que possa orientar esta proposta pedagógica.

Palavras-chaves: Construção Coletiva. Gestão Democrática. Fazer Pedagógico.

ABSTRACT

The related monograph came from curiosity and need to know the political pedagogical project, having as theme Collective Construction of Political Pedagogical Project. The purpose of this is to question, learn and make a diagnosis on his activities and the importance that it takes into educational institutions, as well as the intervention school / family / community. For both this study was drawn from descriptive research, in which the fetus was textual analysis, questioning, systematic observations, interpretations, interviews, picking up results as the knowledge of the importance of the proposal leads to educational institutions from its construction unfinished as a result. Considering that its construction is always flowing with new and satisfying changes to the school growth. Therefore the construction of all work has provided subsidies on the issues that guide the PPP, to understand its importance and significance, as is its relationship with everyone doing the school community and also seek a reflection about some requisites so you can guide this pedagogical proposal.

Keywords: Collective Construction - Democratic Management - Making Pedagogical

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO	10
1. CAPITULO I – UM OLHAR VOLTADO PARA O ESTÁGIO	12
1.1 A gestão democrática no contexto escolar	12
1.1.1 Os órgãos colegiados e os documentos de uma unidade escolar pública	16
1.2 A escola e a educação infantil	17
1.2.1 A evolução da criança na educação infantil trabalhando as diferenças	17
1.2.2 A escola como ambiente de inclusão	19
1.3 A escola e o aluno da educação fundamental	22
1.3.1 O processo de aprendizagem do aluno nas séries iniciais	22
2 CAPITULO II - CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM FAZER POSSÍVEL	30
2.1 Possibilidades de uma gestão democrática	30
2.2 A visão de uma professora sobre o PPP	33
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

0. INTRODUÇÃO

O presente trabalho monográfico trás como tema A Construção Coletiva do Projeto Político Pedagógico: Um fazer possível. Nesta perspectiva, os estágios vivenciados tiveram como objetivo geral oportunizar aos estagiários a importância do conhecimento em relação teoria e prática, conhecendo e desenvolvendo uma atitude de pesquisa e análise durante seu processo formativo.

Compreender e analisar o fazer pedagógico nas salas de aula; Possibilitar o exercício da reflexão acerca da organização e gestão do trabalho na escola pública; Situar a escola no contexto histórico, econômico e sócio – cultural bi qual esta se insere, com sujeitos, suas praticas e limitações.

Partindo da prerrogativa que se podem mostrar as tentativas de tornar a escola um espaço democrático é que o Projeto Político Pedagógico questiona a sua construção nas instituições escolares como processo coletivo, em que venha envolver a participação de agentes que fazem parte da realidade escolar, tendo em vista a sua construção mínima, em pesquisas feitas em escolas públicas.

No entanto o PPP trás como objetivos: O estimular a autonomia da escola; Questionar o fazer pedagógico; Construir a escola como espaço democrático e estabelecer a participação de todos que fazem parte da instituição escolar como indivíduos pensantes dando-os o direito de opinar, e escolher o melhor para a comunidade escolar, como participação coletiva. Nesse sentido, Simone Raquel e Carla Lúcia diz que, Vasconcelos lembra:

A apreensão que os diferentes membros da comunidade educativa farão da realidade escolar poderá ser bastante divergente. Vai ser preciso muita interação, muito diálogo para se chegar às necessidades e as possibilidades de forma rigorosa (não alienada) E COLETIVA. (VASCONCELOS, 2004, p. 30).

Segundo Veiga (1995): “Um Projeto Político Pedagógico, ultrapassa a dimensão de uma proposta pedagógica. É uma ação intelectual, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.”

Veiga ainda afirma que (1995): “O Projeto Político Pedagógico consiste na organização do trabalho pedagógico da escola, sendo que sua construção parte dos

princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério .”

O referente trabalho está dividido em capítulos. No primeiro capítulo, Um olhar voltado para os estágios, expondo a gestão democrática da escola pública; a escola e a educação infantil; a escola e o aluno da educação fundamental.

No segundo capítulo a visão sobre o Projeto Político Pedagógico: Possibilidades de uma gestão democrática.

No terceiro capítulo mostra uma pesquisa feita com professores da educação. Por fim, o quarto capítulo contém a conclusão do trabalho. Portanto este trabalho foi construído através de uma pesquisa descritiva e exploratória. É exploratória porque objetiva conhecer, observar, questionar e aprender a importância da construção e da execução do projeto político pedagógico como recurso facilitador para se ter uma instituição democrática. E é descritiva porque o resultado da pesquisa será apresentado de forma minuciosa mostrando todas as possibilidades de uso de recursos relativos ao tema estudado. Neste sentido os procedimentos utilizados para a coleta de dados foram: observação sistemática, aplicação de questionário, entrevista com professores e equipe pedagógica e registros.

1. CAPÍTULO I - RELATÓRIOS DE FINAL DE ESTÁGIO

1.1 Gestão Democrática da escola pública de educação básica

São vários autores que já falaram em gestão democrática da escola pública.

Embora, sendo um tema bem atual, significativo e discutido há um bom tempo, ainda temos uma boa caminhada para nos enquadrar a uma verdadeira gestão democrática onde, por exemplo, decidir pela maioria da comunidade escolar a eleição de gestores, entre outras.

No estágio tivemos a oportunidade de buscar vários autores para contribuir e auxiliar no conhecimento e entendemos que são fundamentais para qualquer comunidade escolar que deseje vivenciar uma gestão democrática da escola pública. Phontes ao referir à gestão democrática afirma:

(...) de nada adianta até mesmo uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público que conceda autonomia pedagógica, administrativa e financeira às escolas, se Diretores, professores, pais, alunos e demais atores do processo desconhecem o significado político de autonomia, a qual não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva” (2007 s.d.).

O que Phontes afirma procede e traduz a realidade em que parte das escolas, onde é fácil ser comprovado no que também se refere ao PPP (Projeto Político pedagógico), que até mesmo para os professores é algo desconhecido dentro de sua escola onde leciona. Quando observamos que foi apresentado ao grupo estagiário depois de ser reformulado apenas por um pequeno grupo, a constituição de 1988 e outros documentos nacionais também passaram a contemplar a gestão democrática da escola pública. Citemos, por exemplo, o Plano Decenal de Educação para Todos (Indicador de Diretrizes da política educacional para o decênio de 1993-2003), que menciona a necessidade da gestão democrática da escola pública e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, que referenda a Carta Magna a seguinte determinação:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (...)"
- III. Os órgãos colegiados e os documentos de uma unidade escolar pública de educação básica num contexto de gestão democrática

Os órgãos colegiados são grupos representativos da comunidade escolar, mediante os quais, preferencialmente, a gestão democrática se realiza. Sendo canais pelos quais se efetiva a participação da comunidade escolar nos destinos da escola pública. São exemplos de órgãos colegiados: a associação de pais, mestres e funcionários (APMF), o grêmio estudantil, o conselho de classe, o conselho de alunos representantes de sala e o conselho escolar e outros. Segundo Luce “eles devem ter funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras, de modo que possam dirigir e avaliar todo o processo de gestão escolar”. Dentre os órgãos colegiados, o Conselho Escolar é sem dúvida o mais importante. É um órgão que congrega, além da Direção, participantes dos demais colegiados e representantes da comunidade escolar.

O professor Genuíno Bordignon propõe que:

(...) o conselho escolar deve existir para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Os conselhos – é bom insistir – não falam pelos dirigentes (governo), mas aos dirigentes em nome da sociedade (2004, p.34).

Destacamos dois documentos da unidade escolar onde estagiamos: o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar. Fazendo referência ao PPP deve ser estendido como um dos principais instrumentos para organização do trabalho e das atividades da escola. Já o regimento escolar é o documento que, aparado nas Constituições Federal e Estadual e nos pareceres normativos do Conselho Estadual de Educação, sintetiza o Projeto Político Pedagógico e lhe confere o embasamento legal, devendo, pois ser entendido como a “constituição”, a “lei” da escola.

Nesse sentido,

“(...) o Regimento Escolar, (...), deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e, efetivamente, fazer cumprir as ações educativas estabelecidas no Projeto Político-Pedagógico da escola” (ARCO-VERDE, 2007, p. 08).

Sendo assim, tanto o Projeto Político Pedagógico quanto o Regimento escolar devem obrigatoriamente ser construídos coletivamente por todos os segmentos da comunidade escolar, em especial do Conselho Escolar. Expressando, de forma simples, clara, precisa e completa, o tipo de escola que a comunidade deseja.

Durante a realização das atividades de estágio percebemos que os professores encontravam-se bastante unidos, juntamente com a equipe diretiva e com todos que compõem a escola e suas ações. Pudemos também perceber, através das realizações de suas atividades que o ambiente de trabalho é satisfatório, podendo oferecer condições favoráveis para que possam exercer suas práticas docentes através de um trabalho coletivo. Mostravam-se bastante preocupados mediante o comportamento dos alunos com um dos grandes problemas encontrados na escola: a indisciplina. Tentando buscar alternativas e soluções para minimizar os problemas encontrados nos alunos no que diz respeito à indisciplina, se empenhando na tarefa de educar, cientes de que a profissão que exercem, tem o dever de ensinar com competência e amor. Foram realizadas entrevistas com todos os professores a respeito de sua atuação e o que cada um tinha a dizer com relação à gestão, envolvendo colegas de trabalho, participação dos pais, equipe pedagógica, alunos e todos os que fazem a comunidade escolar. Ao concluir as entrevistas, os resultados foram 99% iguais, chegando com os seguintes diagnósticos: todos gostam do ambiente de trabalho por que se trabalha coletivamente, o ambiente de trabalho oferece condições necessárias para que possam exercer suas práticas docentes, a questão da responsabilização do gestor e do adjunto é satisfatória, todos tem acesso aos recursos técnicos e pedagógicos, na instituição há efetividade entre os demais funcionários e docente, a equipe técnica pedagógica atua com efetividade de forma presente, todos participaram da elaboração do PPP, com relação à participação dos pais todos responderam que é pouco e fica a desejar. As maiores dificuldades enfrentadas pelos professores quanto à aprendizagem dos alunos foi a falta de interesse, acompanhamento da família na educação dos filhos e a falta de respeito com os demais. Com relação aos problemas vivenciados em sala de aula pelos professores, as dificuldades foram que a atuação da equipe técnica deixa desejar, pois a participação é muito pouca. Quanto ao professor ter voz e vez na escola, uma das professoras respondeu que ainda não se tem esta prioridade, pois algumas decisões são centralizadoras - o que configura uma gestão burocrática.

Para tanto se observa que todos os professores exercem suas funções com comprometimento, planejamento conforme o Regimento escolar. Fazendo o possível para que seja realizado um trabalho de ensino-aprendizagem de qualidade, preocupados com o desempenho dos alunos, de forma que os mesmos aprendam, fazer com que a escola exerça o seu papel social, que é o de formar sujeitos ou cidadãos críticos, éticos, criativos e participativos, atuando assim, como cidadãos de direitos e deveres na sociedade em que estão inseridos.

A equipe diretiva da escola é composta por uma diretora e uma adjunta, nas quais exercem suas funções em dois turnos, matutino e vespertino, possuem uma preparação adequada para suas atividades e mostram ter um equilíbrio suficiente diante de suas funções. Também parecem estar sempre preparadas para tentar resolver os problemas que aparecem na escola. A diretora demonstra ser mais rígida nas decisões no que se refere à escola, enquanto adjunta ela é mais maleável, mas trabalham sempre juntas com firmeza buscando soluções para resolver os problemas que afetam a escola no momento. Cumpram com seus horários e sempre que é necessário reúnem os professores para discutirem sobre as decisões devidas que dizem respeito à elas e à escola. Mostra ter um bom relacionamento com todos da escola, deixando a perceber que se há autonomia em suas decisões para a solução de qualquer problema.

Além disso, elas administram de forma correta e desejável a parte financeira da escola, suprimindo as necessidades com satisfação e responsabilidade. Através das entrevistas feitas com cada uma, afirmaram que estão na gestão por indicação e que o maior desafio encontrado na gestão foi a sobrecarga que elas enfrentam. Afirmaram também que a convivência com a comunidade escola é frequente e satisfatória. Os repasses do governo federal é um ponto positivo na administração da instituição apesar da parte burocrática. Ainda comentaram sobre a gestão 10 e seus objetivos dizendo que é voltada para a melhoria e aprendizagem dos alunos e também vem a ajudar os gestores a trocarem caminhos para atingir metas e objetivos.

A equipe pedagógica é altamente qualificada - todas possuem pós-graduação em educação. Mostram ter um potencial no qual desenvolvem um trabalho de ótima qualidade, são profissionais que tem conhecimento sobre a comunidade escolar, estando por dentro da realidade dos problemas escolares, mas ficam na dependência a respeito de se dar uma maior assistência aos professores nos

problemas encontrados nos alunos dentro das salas de aula. Mas mesmo assim são responsáveis em planejamento pedagógico, acompanham e orientam os professores em todo o processo de ensino-aprendizagem, conforme manda o Regimento Escolar. Realizando um trabalho de acordo com o que se é exigido para que seja feito um trabalho de qualidade.

Através de toda análise feita durante o estágio, percebe-se que os gestores cumprem com seu papel de diretor enquanto profissional, mas deixa um impasse a respeito de se dar a oportunidade aos professores no seu direito de poder ter vez e voz, como falou a professora do 2º ano quando foi entrevistada, podendo assim nos mostrar que ainda se há uma gestão centralizadora. Embora se fale em gestão democrática, baseado na concepção de Almerindo Janela surge uma nova concepção ideológica neoliberal: o gestor ou diretor é detentor de uma nova centralidade organizacional, por que é ele que deve prestar contas pelos resultados educacionais, podendo ser claramente apontado como único ou principal responsável pela efetiva concretização das metas e objetivos previamente definidos.

Enquanto a equipe pedagógica, por ser totalmente qualificada e mostrarem que fazem um bom trabalho, também deixa suas dependências não cumprindo totalmente seu papel. Diferente do que foi falado através de entrevista feita pela supervisora, onde ela falava que o papel da equipe pedagógica era promover a melhoria da qualidade do contexto educacional e do processo de ensino e aprendizagem, contemplando a concepção do caráter público da educação e a busca de sua qualidade social, baseada nos princípios de gestão democrática, olhando a escola na perspectiva de inclusão e da emancipação humana. A escola conta com serviço de uma supervisora e uma orientadora educacional.

i. Descrição e análise das atividades de gestão

As atividades de gestão, observadas e analisadas no presente estágio, foram de grande importância e contribuição para nossa prática, pois através das observações e vivências na escola pudemos perceber a distância que existe entre o que está escrito na proposta pedagógica e o que acontece na instituição no seu cotidiano. Em relação ao regimento escolar, os professores e funcionários cumprem suas atribuições de acordo com o documento. Percebemos que todos os

funcionários administrativos desempenham seus trabalhos com competência, responsabilidade e ética, no que se refere à documentação e escrituração escolar, matrículas, atestados, transferência, atendimento ao público e demais atividades.

Quanto à gestão financeira funciona de maneira equilibrada e satisfatória, podemos observar que a equipe diretiva, formada pela diretora e adjunta, administra os recursos financeiros aplicando em material de expediente em melhorias para a escola. Além desses recursos a escola busca arrecadar dinheiro com rifas realizadas coletivamente com as famílias para complementar os proventos. Nesse item percebemos que funciona de acordo.

Os funcionários de limpeza, contando de dois, exercem com esforço e responsabilidade, porém um deles mostrou descontentamento em razão da atuação da gestão em não se permitir acesso dos auxiliares ao material de expediente dificultando dessa forma a efetivação de suas atividades. Diante disto, a funcionária ressaltou o desejo por mudanças na gestão, em que os funcionários tivessem oportunidades de participação nas tomadas de decisão da escola. Neste sentido, não percebemos que a atuação da gestora reflete as palavras de Castro (2007, p135): “A gestão democrática traz como fundamento o efetivo envolvimento e participação de todos na tomada de decisão do processo administrativo e do planejamento pedagógico escolar”.

b. A escola e a educação infantil

1.2.1 A evolução da criança na educação infantil trabalhando as diferenças

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no sistema de ensino tem sido um grande desafio vivenciado, principalmente, por educadores, por isso este artigo está fundamentado na interação entre alunos e com e sem necessidades especiais levando em conta as práticas pedagógicas, desde a sua educação infantil, trabalhando as diferenças, discutindo sobre o tempo e os estímulos dados a estas crianças.

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é ativa, é fluxo, é estado, é estéril. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças – diferenças que são irredutíveis a identidade. A diversidade limita-se ao

existente. A multiplicidade estende, multiplica, prolifera e dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico. (SILVA, 2000, p. 100-101)

Neste sentido, o objeto principal é problematizar a importância da Educação infantil de aceitação das diferenças para a promoção de relacionamentos afetivos entre família, alunos, escola e sociedade, tendo como referências leis que estabelecem e garantem a igualdade, o tendo como referências leis que estabelecem e garante a igualdade, o acesso à escola e a inclusão para todos com ou sem necessidades especiais.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, incluindo o sistema educacional e seus fundamentos. A mesma questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão.

A problematização do conhecimento sobre a Educação Infantil e as diferenças sobre a identidade e diferenças na escola vendo que a Educação Infantil é um segmento muito importante no sistema Educacional Brasileiro, reconhecido como primeira etapa da Educação básica. E que traz vários segmentos a serem trabalhados.

O respeito em relação a diversidade exige, sobretudo, respeitar os diferentes saberes das muitas pessoas que convivemos e aceitar os nossos não saberes

É por isso que este desrespeito à criança e a sua identidade, este desrespeito ao mundo e ao mundo em que a criança está se fazendo pelo fato mesmo de estar tocando neste mundo, revela indiscutivelmente uma ideologia elitista entre outras coisas porque só aceita como válido o saber já montado, o saber pseudamente terminado. Aí há um erro científico, também um erro epistemológico. É que ao há saber nenhum que esteja pronto completo. O saber tem historicidade pelo fato de se construir durante a história e não antes da história nem fora dela. (FREIRE, 2001, p. 142).

Portanto é nesta perspectiva que através da avaliação educacional e da importância da Inclusão na Educação Infantil , pois é na fase inicial da criança desenvolve sua aprendizagem, em que se deve respeitar suas fases de desenvolvimento de acordo com a construção dos conhecimentos de cada um, como ser que se relacionado consigo e com um mundo ao seu redor.

A primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 à 6 anos de idade no período diurno. O ministério da Educação, comprometido com a garantia do acesso e permanência de todas as crianças na escola, tem como meta a efetivação de uma política nacional de educação inclusiva fundamentada na ideia de uma sociedade que reconhece e valoriza sua diversidade. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças pequenas, desde o nascimento, representa uma conquista importante para a sociedade brasileira.

Porém, para que esse direito traduza realmente em melhores oportunidades educacionais para todos e em apoio significativos as famílias com crianças a te seis anos de idade, é preciso que as creches e as pré-escolas, que afora fazem parte integralmente dos sistemas educacionais, garantam uma atendimento de boa qualidade.

O documento do Ministério público “O acesso de alunos com deficiência nas escolas e classes comuns da rede regular” apresenta um referencial para a construção dos sistemas educacionais inclusivos, organizados para atender o conjunto de necessidades e características de todos os cidadãos.

A inclusão prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTAAN, 2003, P.67)

1.2.2 Escola como um ambiente de inclusão

Se a significação de escola for denotada e conotada como um estabelecimento no qual estão professores, alunos e outras pessoas que lá trabalham e de inclusão como um ato de inserir conjuntos de alunos em outros conjuntos, já existentes, então, a função da escola inclusiva, enquanto espaço físico, enquanto cenário, seria o de introduzir, nela, alunos que antes estavam excluídos de seu interior.

Portanto, esta visão é, certamente, uma das mais reducionistas que poderia de escola entendida como cenário mais específico para a introdução e do qual

devem fazer parte, figura, grupos em desvantagem, como é o caso das pessoas com deficiência(s).

A escola inclusiva é uma escola de boa qualidade, para todos, com todos e sem discriminação, em que traduz-se pelo êxito alcançado na aprendizagem e na participação de todos os alunos, sem exclusões. Devemos remover barreiras para a aprendizagem e para a participação de qualquer aluno, independente de suas características organizativas, psicossociais, culturais, éticas ou econômicas.

A aprovação da Lei de Diretrizes Educacionais LDB (Lei 9394/96) estabeleceu, entre outros princípios, o de “igualdade e condições para o acesso e permanência na escola” e adotou uma nova modalidade de “educação para educandos com necessidades especiais”.

As escolas passam a ser um ambiente de inclusão quando o ensinar e o aprender constituem-se em processos dinâmicos nos quais a aprendizagem não fica restrita aos espaços físicos das escolas e nem dos alunos, como se fossem atores passivos, receptáculos do que lhes transmitem que os ensina. O princípio de que todas as crianças são capazes de aprender e o de que podemos melhorar as respostas educativas que, hoje, são oferecidas.

A inclusão social como aspecto social é o conjunto de meios e ações que combate a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais.

A educação inclusiva destina-se a todas as pessoas que precisam de métodos, recursos e procedimentos especiais durante o processo de aprendizagem. Durante muito tempo a educação especial foi vista de maneira desvinculada da Educação Geral, entretanto, chegaram a conclusão que a educação especial faz parte da educação como um todo. No entanto, é preciso reconhecer que apesar de lenta a educação especial tem um processo sócio-histórico de evolução na nossa sociedade. A educação no Brasil evoluiu em histórico de evolução na nossa sociedade, e esta evoluiu em dois períodos; O primeiro iniciou-se em 1854 quando D. Pedro II fundou o primeiro “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, hoje “Instituto Benjamin Constant”. No segundo período, de 1957 a 1993, as iniciativas passam a ser oficiais e de âmbito Nacional por meio de campanhas, novo início no século XX começaram a publicar os primeiros trabalhos científicos e neurológicos. Depois da Segunda Guerra Mundial, já no governo de Fernando Collor nos anos 90 é que se

volta a pensar nas questões de políticas públicas que viessem a beneficiar a antiga educação Especial, de forma que fosse vista e assistida como Educação, direito para todos.

Os educadores precisam dialogar com esse trabalho de inclusão, porque todos os que se preocupam em fazer um bom trabalho com base na sua experiência, são capazes de utilizá-la como forma de transformar o seu ambiente para receber a todas as crianças e adolescentes, bastando que volte seu olhar para o novo.

Espera-se que professores, também acreditem nisso, tendo consciência das dificuldades que existem e não são pequenas. Mas, também com a consciência de que não será através da exclusão de alguns educandos do ambiente em que o professor leciona que a escola se tornará realmente acolhedora e de qualidade para os demais. Isso acontecerá após a adoção incondicional de não exclusão.

O professor, ao receber alunos com necessidades especiais, terá que romper suas próprias barreiras, terá que trabalhar a tolerância, o medo do novo. Josso (1988, p. 36) propunha que:

O ser em formação só se torna sujeito no momento em que a sua intencionalidade é explicada no ato de aprender e em que é capaz de intervir no seu processo de aprendizagem e de formação para favorecê-lo e para orientar.

Querer aprender, isto é o que fará a diferença para o educador que tramitar na esfera da educação especial, não ter medo do novo, incluir ao invés de excluir, atuar com seus pares e aprender com os colegas que se especializaram nessa cadeira, a experiência conta, mas a aprendizagem diária, a vivência, a postura desse educador, um profissional também especial. A autoformação implica em busca, em investimento na própria aprendizagem e essa busca, assume sempre formas muito variada.

A educação infantil, sendo trabalhada na perspectiva das diferenças dentro de um contexto de inclusão social com crianças com meninos de seis anos portadoras de necessidades, construindo assim o seu próprio conhecimento através das suas experiências, de acordo com o seu tempo e suas limitações. A inclusão é algo que tem que ser discutida. As pessoas precisam enxergar que vivemos em um mundo cheio de espaço, de oportunidades ou do direito a sua própria identidade como pessoa. Infelizmente a nossa sociedade ainda é bastante preconceituosa na questão

da inclusão, talvez por falta de esclarecimento ou de cultura, o fato é que o ser humano precisa obter esse olhar para o mundo com diferenças e não com a indiferença. Apesar de estar amparada por lei a questão da inclusão, as escolas ainda não estão de fato prontas para receber aquelas crianças com necessidades especiais, no meu entendimento incluir não é estar apenas frequentando uma escola, é fazer parte das atividades desenvolvidas na escola, em que a mesma possa repassar o conteúdo sem fazer diferença, porém dentro de uma coerência que possa beneficiar o aluno.

3.1 A escola e o aluno da educação fundamental

1.3.1 O processo de aprendizagem do aluno nas séries iniciais

Este tópico apresenta o relatório de estágio supervisionado III do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), implantado pelo curso de Pedagogia UEPB/PAFOR, em que traz atividades desenvolvidas pelo estagiário, caracterizando-se como eixo de formação de profissional, sendo a escola/sala de aula o “lócus” de ação e reflexão para a construção de uma prática educativa as crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Com base nesta concepção, este estágio tem por objetivo a formação do professor, levando em conta a importância de que só a teoria não basta para ser um bom profissional. Vivenciando a prática através da realização do estágio, podendo ter uma experiência de teoria e prática, fazendo um bom trabalho didático voltado para todas as áreas do conhecimento através da realidade dos alunos. Podendo contribuir para o crescimento profissional do educador e adquirir mais conhecimentos para a vida profissional.

O estágio foi realizado no período de 19 de Maio à 06 de Junho de 2014 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Governador Flavio Ribeiro, instituição de ensino fundamental que atende crianças de 1º ao 5º ano, com carga horária de 20 horas semanais, das 13:00 hs às 17:00 hs, turno vespertino, em uma turma de 3º ano, em uma entidade de ensino público (prefeitura) vinculada a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

O Ensino Fundamental oferecido por esta instituição é pensado e organizado no sentido de garantir sua segurança e proporcionar as aprendizagens necessárias

ao seu desenvolvimento. No que diz respeito à relação adulto/criança buscando desenvolver um trabalho onde efetivamente esteja presente uma relação de afetividade, de respeito mútuo, cooperação e ampliação de saberes e vivenciando atividades que propicie a ampliação do conhecimento de mundo.

O professor observado mostrou um trabalho de segurança, apresentando uma postura adequada, sem dificuldades em relação ao desenvolvimento do planejamento, organização e conhecimento do conteúdo, de acordo com suas limitações. No que diz respeito ao estagiário, houve uma tranquilidade por parte do mesmo, pois já tinha experiência na área e não mostrou-se em nenhum momento insegurança, dificuldades e suas limitações foram apresentadas de forma discreta.

Neste relatório de estágio será abordada a caracterização da escola, a caracterização da turma estagiária, a concepção pedagógica da instituição, a descrição e análise reflexiva das atividades de estágio no Ensino Fundamental, o processo de observação do espaço das instalações e dos equipamentos, a prática educativa: aulas, rotina, materiais, espaços, tempo e adaptação, e também um plano de estágio, e por fim, as considerações finais.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental "Governador Flávio Ribeiro," situada à rua Eugênio de Vasconcelos, nº 115- bairro Monte Santo, Picuí- PB, atende do 1º ao 5º ano nos turnos matutino e vespertino do ensino fundamental I. Funciona em prédio próprio, construído no ano de 1968, recebendo o nome de "Grupo Escolar Governador Flávio Ribeiro". Sua criação se deu através da Lei nº 318 de 06/09/1968, no governo do Prefeito José Mariano Silva, construído pela municipalidade em cooperação com o Ministério de Educação e Cultura. Atende, atualmente, a alunos dos bairros Monte Santo, Felipe Tiago Gomes (Genecista) e Zona Rural. Sua estrutura física já sofreu modificações por duas vezes.

A escola encontra-se, atualmente, assim distribuída: 01 Secretaria com acervo de livros, 05 salas de aula, 01 ao 5º ano - nos turnos matutino e vespertino, 01 sala de multimídia, 01 sala multifuncional, 01 cozinha, 01 depósito para material, 04 banheiros, 01 WC masculino e 02 WC feminino e 01 WC para funcionários, 01 cisterna e 01 pátio interno com cobertura parcial.

A escola possui atualmente 10 professores. Todos possuem curso superior, com tempo de serviço variando de 1 a 30 anos. Quanto ao número de alunos, a escola atende uma clientela de 180 alunos distribuídos em 90 alunos no turno matutino e 90 no turno vespertino, havendo uma única modalidade de ensino

fundamental I. As aulas são realizadas das 7:00 h as 11:00 h no turno matutino e das 13:00 h as 17:00 h no turno vespertino. A equipe pedagógica é constituída por: Coordenadora pedagógica Maria Madalena Dantas de Souza, Administradora Escolar Adriana, Administradora Escolar Adjunta Roberta da Silva Santos, Orientadora Educacional Valdenira do S. Mendonça Costa, 12 professoras, 2 auxiliares de serviços gerais matutino e vespertino, 1 auxiliar administrativo, 1 inspetor no turno matutino e vespertino.

Para tanto se observa que a instituição escolar trás uma proposta pedagógica onde todos os professores exercem suas funções com comprometimento, planejamento conforme o Regimento escolar. Fazendo o possível para que seja realizado um trabalho de ensino-aprendizagem de qualidade, preocupados com o desempenho dos alunos, de forma que os mesmos aprendam, fazer com que a escola exerça o seu papel social, que é o de formar sujeitos ou cidadãos críticos, éticos, criativos e participativos, atuando assim, como cidadãos de direitos e deveres na sociedade em que estão inseridos.

1.3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Segunda feira: dia 19 de Maio de 2014 no horário das 13:00 horas às 17:00 horas foi feito a diagnose da escola campo de estágio, observação do cotidiano escolar, acolhimento dos alunos, dependências da escola, rotina diária e análise da proposta pedagógica para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Terça feira: dia 20 de Maio de 2014 no horário das 13:00 horas às 17:00 horas foi realizada entrevista com professores sobre a prática educativa, observações sobre o cotidiano escolar e o fazer pedagógico das salas de aula.

Quarta feira: dia 21 de Maio de 2014 no horário das 13:00 horas às 17:00 horas foi coletado dados do corpo docente e funcionários da escola; análise reflexiva das vivências escolares e socialização em sala; elaboração do projeto didático.

Quinta feira: dia 22 de Maio de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, foi feito um levantamento quanto a programas e projetos desenvolvidos

atualmente pela escola; planejamento e preparação para a prática em sala de aula articulada a proposta pedagógica de cada modalidade na instituição.

Sexta feira: dia 23 de Maio de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, foi realizado o registro no diário de campo ampliando os saberes da prática analisando as sequências didáticas das atividades; estudos sobre o processo avaliativo nos anos iniciais do Ensino Fundamental .

De acordo com as observações feitas, os diários são analisadas através do desenvolvimento da criança considerando os direitos de aprendizagem trabalhados pelo professor de acordo com o Currículo no ciclo de alfabetização: ampliando o direito de aprendizagem a todas as crianças. Carvalho afirma:

No Brasil, passados mais de 500 anos, ainda lutamos para vencer as consequências de um processo de colonização desfavorável á formação cidadã. É o que Carvalho (2002) chama de „peso do passado“. De acordo com este autor, no início da colonização portuguesa no Brasil, tínhamos um ambiente desfavorável á formação de cidadãos: uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata e uma economia de monocultura e latifundiária e estado absolutista. (CARVALHO, 2002)

Na referida escola Governador Flávio Ribeiro os professores de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental trabalham de acordo com o Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa que trás em Língua Portuguesa o direito à Educação Básica garantindo a todos os brasileiros e, segundo prevê a Lei 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art. 22). Analisando Direitos gerais de aprendizagem, trabalhando leitura, produção de textos escritos, oralidade, análise linguística, discursividade, textualidade e normatividade e apropriação do Sistema de Escrita Alfabética. Em Matemática, assim como nos demais componentes curriculares previstos pela Lei 9.394/96, os direitos de aprendizagem da Matemática são de números e operações, geometria, grandezas e medidas, tratamento da informação, números e operações. Assim, a maioria destes direitos de aprendizagem deverá ser abordada nos anos 1,2,3, sem ainda ser consolidada, pois continuará a ser retomada e ampliada em todo Ensino Fundamental.

De acordo com Campos Nunes (1994), o saber matemático tem importância capital no desenvolvimento e no uso de tecnologias, as quais têm funcionado como um fator importante no estabelecimento e na manutenção de desigualdades. A superação das desigualdades e o exercício pleno da autonomia e da soberania exigem, portanto, a apropriação democrática dos conhecimentos matemáticos.

A Geografia, como componente curricular, colabora para a garantia do acesso aos conhecimentos do mundo físico e natural e da realidade social e política. Os direitos de aprendizagem da geografia é reconhecer a relação entre sociedade e natureza. Descrever as características da paisagem local e compará-las com as de outras paisagens; conhecer e valorizar as relações entre as pessoas e o lugar; ler, interpretar e representar o espaço por meio de mapas simples; reconhecer os problemas ambientais existentes em sua comunidade e as ações básicas para a proteção e preservação do ambiente e sua relação com a qualidade de vida e saúde; ler o espaço geográfico de forma crítica através de categorias lugar, território, paisagem e região; identificar as razões e os processos pelos quais os grupos locais e a sociedade transforma a natureza ao longo do tempo.

O ensino das ciências é um direito das crianças segundo prevê a Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 16. Os direitos gerais de aprendizagem em ciências naturais trás a elaboração e compreensões sobre o mundo condizentes com perspectivas atuais da comunidade científica. Trazendo como eixos de ensino a compreensão conceitual e procedimental da ciência. No campo das Artes, em 20 de Dezembro de 1996 os arte-educadores brasileiros conquistaram a obrigatoriedade do ensino de arte para toda a Educação Básica, através da promulgação da nova LDBEN, de nº 9.394, que depois de quase uma década, revogou as disposições anteriores e consagrou, oficialmente, a concepção de ensino de arte como conhecimento. Trazendo os direitos de aprendizagem como: compreender a arte como um conhecimento produzido socialmente, em diferentes contextos históricos e culturais da humanidade; Reconhecer a importância social da arte na sociedade e na vida dos indivíduos; Vivenciar experiências educativas nas linguagens da dança, teatro, artes visuais e música e outros.

O estudo de História também está assegurado segundo prevê a Lei 9.394, que estabelece o direito obrigatório da escola para as crianças e tem papel relevante em sua formação para agir na sociedade, para participar ativamente das diferentes

esferas sociais. Dentre outros direitos, a compreensão do ambiente natural e social é necessária, tal como previsto no artigo 32. Portanto, são direitos de aprendizagem relacionados aos conceitos fundamentais da disciplina nos anos iniciais: Fatos históricos; Sujeitos históricos; Tempo histórico.

Diante das observações feitas e dos direitos de aprendizagem que foi relatado, observa-se que alfabetizar todas as crianças brasileiras até os 8 anos de idade, ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental, é a principal meta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, tendo em vista os direitos de aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental iniciando o conteúdo no 1º ano introduzindo, no 2º ano aprofundando e no 3º ano consolidando, tendo, assim, o resultado esperado.

Segundo Libâneo (1994), o planejamento é um processo de racionalização, organização da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social.

2.5 INTERVENÇÕES (DO ESTAGIÁRIO)

Quarta feira: dia 04 de junho de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, a professora convidou os alunos para fazerem a oração do dia, cantou com os alunos e em seguida fez uma conversa informal, explorando o meio ambiente. Em seguida, foi feita a correção da tarefa de casa reforçando o assunto trabalhado. Prosseguindo, foi explicado aos alunos classificação dos substantivos comum, substantivos próprios, substantivos coletivos, seguido de uma atividade no caderno relacionada ao assunto. Leitura da planta de uma casa trabalhando noções de localização e lateralidade no livro didático pag. 72. Houve o momento cívico com o canto do Hino Nacional e o Hino da Cidade. Dando continuidade a aula, foi passada a tarefa de casa relacionada ao meio ambiente.

Quinta feira: dia 05 de junho de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, a professora convidou os alunos para fazerem a oração, cantou com os alunos e em seguida fez uma dinâmica (quente ou frio). Leitura de um texto de repetição e conversa informal sobre as novidades do dia. Em seguida, correção da tarefa de casa, prosseguindo de uma reescrita de frases empregando substantivos coletivos. Retomou o assunto de localização e lateralidade através de gráfico no livro didático pag. 79. Apresentou um texto informativo: Desenvolvimento de flores, frutos e

sementes, fazendo uma leitura compartilhada. Para o término da aula, foi passada a tarefa de casa no livro didático Letramento e Alfabetização, pag.78.

Sexta feira: dia 06 de junho de 2014 no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, a professora convidou os alunos para fazerem a oração, cantou com os alunos e em seguida fez uma conversa informal sobre o assunto trabalhado durante a semana, seguindo da leitura de texto: Planeta azul, fazendo uma reflexão do mesmo. Correção da tarefa de casa.Dando continuidade a aula, foi feito o complemento do texto empregando os substantivos coletivos no livro didático pag.79.Realização de atividade no caderno revisando sistema de numeração decimal. Em seguida, foi confeccionado cartazes,placas,panfletos, etc; alertando para a preservação do meio ambiente e o cuidado com a Dengue em que foi levado para as ruas da cidade pelos alunos de todas as escolas municipais através de uma passeata com trio elétrico alertando o cuidado com o mosquito transmissor da Dengue.

Segunda feira: dia 09 de Junho de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, a professora convidou os alunos para fazerem a oração, cantou com os alunos e em seguida fez uma conversa informal sobre o assunto que seria trabalhado durante a semana. Logo após, foi feito uma produção de texto relacionado ao São João enfatizando danças, músicas e comidas típicas.Foi realizada uma visita a biblioteca da escola para o momento de leitura.Dando continuidade ao conteúdo, foi feita uma atividade no livro didático de matemática trabalhando sistema de numeração decimal.Concluindo, o conteúdo foi realizado uma produção de desenhos relacionados as festas juninas.Para tarefa de casa foram orientados a estudar para a avaliação de matemática no livro didático.pag.40 a 46.

Terça-feira: dia 10 de Junho de 2014, no horário das 13:00 horas às 17:00 horas, a professora convidou os alunos para fazerem a oração, cantou com os alunos e em seguida fez uma conversa informal sobre os festejos em família.Leitura do texto Viva a São João seguido de reflexão.Realização de atividade no caderno explorando acento do til,circunflexo, agudo.Em seguida,foi explorado através do livro didático plantas frutíferas com aplicação de atividade no livro. Revisão do assunto de matemática com aplicação da avaliação. Ensaio de quadrilhas para o acontecimento da festa junina na escola.

O estágio supervisionado no Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano me deu a oportunidade de ter uma visão melhor sobre a Educação Fundamental, aprimorando e desenvolvendo os meus conhecimentos a respeito da teoria e prática, podendo contribuir para meu crescimento profissional enquanto educadora. Diante de todo o estágio pudemos perceber que somos verdadeiros aprendizes, porque a cada dia ensinamos e aprendemos com os nossos alunos através dos erros e acertos, dificuldades e desafios que enfrentamos, pois temos que saber que a aprendizagem dos nossos alunos está em nossa busca de estar sempre inovando e conhecendo os nossos alunos como eles são e não como queremos que eles sejam, limitando-os todo o tempo, porque a criança ela é pura, verdadeira e sincera e também capaz de aprender de acordo com suas limitações.

Entendendo que a instituição de educação fundamental é um espaço de cuidado e educação, que atende crianças e adolescentes menores sendo reconhecida em documentos, pela sociedade e outros como necessária para garantir a sua formação em todos os aspectos. E isso nos deixa muito feliz, pois nós, educadores, sempre sonhamos com isso, porque o sonho de ser professora é ir muito mais além, é ver o nosso país crescendo na educação, é saber que estamos contribuindo para que se tenha uma educação de qualidade formando-os para serem cidadãos críticos com o direito de serem reconhecidos pela sociedade. Tendo o prazer de dizer que podemos assim contribuir com a educação das nossas crianças o que um dia nós não tínhamos e poder ver que a educação tem sido vista com mais importância na formação de indivíduos, apesar de que tem que melhorar muito mais.

Portanto, alguns educadores hoje tem a visão de que, professoras só deveriam lecionar em uma sala de aula quando tivesse sua formação adequada, porque ainda percebe-se que existem professores que não são qualificados atuando em salas de aula apenas por indicação. E o que nos deixa mais triste é saber que muitos exercem sua função mais por necessidade financeira do que por amor a profissão. Infelizmente essa é a realidade do nosso país. Mas não podemos cruzar os braços fazendo de conta que nada está acontecendo, temos que lutar para que a educação do nosso país mude para melhor, fazendo com que a nossa educação seja realmente uma educação de qualidade.

2. CAPITULO II - CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UM FAZER POSSÍVEL

2.1 Possibilidades de uma gestão democrática

Questionar a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas instituições escolares como processo coletivo, indagando-se há participação dos diversos agentes que fazem parte da realidade escolar, é necessário que seja feito todos os dias pelos gestores e educadores.

Entendemos que a escola tem a sua identidade própria, através da sua realidade local e que muitas vezes não é reconhecida na própria escola. É justamente projeto PPP que traz o entendimento de se ter uma gestão democrática com a participação do coletivo escolar em busca dessa identidade, enquanto instituição educativa, para que respondam aos anseios da comunidade, trazendo um novo modelo de gestão pública, ganhando autonomia e provocando mudanças nas formas de financiamento das políticas sociais.

A nova LDB, Lei nº 9.394/96, prever no seu art. 12 inciso 1 que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as dos sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”.

Proposta nacional, que foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, no inciso 1 do artigo 13. (Brasil, 2001) afirma-se a necessidade de uma proposta escolar autônoma, onde traz a importância da participação dos profissionais da educação e também da comunidade escolar, par estimular autonomia da escola. Portanto, o PPP nasce através dessa nova Lei, vendo a necessidade de se ter escola democrática, onde tenham a participação de todos nas decisões, do sentido de buscar alternativas coletivas para que se tenham uma gestão democrática. Construir sua autonomia enquanto instituição escolar busca uma integração entre escola de comunidade, respondendo aos seus anseios e não os interesses do capital. Segundo o autor André:

Conhecer a escola mais de perto significa colocar uma lente de aumento na dinâmica das relações e interações que constituem seu dia a dia, aprendendo as forças que impulsionam e a retém, identificando as estruturas de poder e os modos de organização do trabalho escolar, analisando a dinâmica de cada sujeito nesse complexo internacional. André (1995, p. 111).

Quando nós falamos de autonomia podemos dizer que, autonomia é importante para a criação de identidade da escola, e o PPP da essa identidade contemplando a qualidade de ensino formal ou técnico e política. Além de a autonomia ser importante para a escola, podemos dizer que, busca-se ter uma gestão democrática inovadora, levando em conta valores humanos, sentimentos, cultura e a participação de pais, alunos, professores, funcionários, direção de profissionais pedagógicos.

A autonomia pedagógica abrange, portanto, os seguintes aspectos: poder decisório referente a melhoria do processo ensino aprendizagem, a adoção de critérios próprios de organização da vida escolar e de pessoal docente e celebração de acordos de convênios de cooperação técnica (NEVES, 1995, S/P). A realidade dessa autonomia evidencia-se quando existem interferência como, por exemplo, currículos mínimos de cursos predefinidos, e ela se amplia com as possibilidades pré-escritas na nova LDB lei Nº 9.394/96. (BRASIL, 1996).

Com base no autor Aristóteles, Veiga Filho:

A gestão democrática na escola pública, necessitam do envolvimento político de todos que a compõe, é preciso desencadear um movimento no sentido de organizar o trabalho pedagógico com base na concepção de planejamento participativo e emancipador. (IN, VEIGA 1998, p.124).

Diante da fala da autora Veiga, podemos entender a gestão democrática como construção coletiva, no qual deve-se ter a participação de forma política do trabalho escolar, podendo-se ter uma escola pública com um envolvimento de todos, onde possam participar democraticamente.

Através da descentralização que se apresentam como estratégias administrativa das reformas dos anos 90, traz um novo modelo de gestão pública, ganhando autonomia e provocando mudanças nas formas de financiamentos das políticas sociais. Trazendo possibilidades de uma participação coletiva nas ações e decisões na organização do trabalho e planejamento escolar. Os autores Marcos e Sueli dizem que:

A proposta da gestão democrática da escola sempre foi uma bandeira de vários movimentos que, entendendo que eram necessárias mudanças na escola no sentido de superar estruturas burocráticas formais, e Hierarquizadas, apontavam para a democratização da escola (MARCOS, 1998, p. 32).

É a partir dessa prerrogativa que se pode mostrar as tentativas de tornar a escola um espaço democrático onde todos possam contribuir e participar neste contexto nos quais professores, funcionários, alunos e comunidade estejam ativamente para que se construam autonomia escolar.

O Projeto Político Pedagógico é construído coletivamente, traz a identidade de uma comunidade escolar, sendo uma necessidade, onde deve participar toda a comunidade escolar, administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade. A construção será realizada através de discussões feita por reuniões. Todos os participantes terão oportunidades e direito de participar de forma democrática visando a melhoria da prática educativa.

A construção do projeto político pedagógico não é tarefa fácil, pois há participações de muitas pessoas, pois são muitas ideias e concepções. Nesse sentido, Vasconcelos lembra que:

A apreensão que os diferentes membros da comunidade educativa farão da realidade escolar poderá ser bastante divergente. Vai ser preciso muita interação, muito diálogo para se chegar às necessidades e as possibilidades de forma rigorosa (não alienada) e coletiva. Vasconcelos (2004 a, p. 30).

O processo de construção do PPP envolve diferentes membros da comunidade educativa, no qual participarão de forma democrática na tomada de decisão em relação às atividades a serem assumidas, para transformar a escola com finalidades, objetivos e metas a serem alcançadas, vendo que serão opiniões bastante divergentes. Segundo Padilha:

Para se tornar possível a realização do projeto político pedagógico é preciso, pensar em estratégias, em uma metodologia de trabalho que reconheçam esse momento com uma festa da escola cidadã, ou seja, como um momento que permite uma leitura de mundo no sentido de conhecer a realidade local intervir de forma democrática e participativa. Para efetivação desse processo, Padilha (2003, p.25).

Através da reflexão feita, percebo que a construção do projeto não é tarefa fácil e nem tão pouco lutar para se ter uma gestão democrática. Vejo a necessidade de se ter uma escola democrática com a participação coletiva em busca de sua identidade, construindo sua autonomia enquanto instituição escolar, buscando uma integração entre escola e comunidade devemos continuar lutando, mesmo com dificuldade, buscando uma democracia participativa onde se respeite as diferenças, vendo que futuramente iremos ter grandes conquistas na educação de uma sociedade mais justa, uma educação de qualidade.

2.2 A visão de uma professora sobre o Projeto político pedagógico

O Projeto Político Pedagógico é proposta nacional, que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo. A proposta foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, no inciso I do artigo 13 (BRASIL, 2001). O projeto político pedagógico é um documento facilitador e organizador das atividades, portanto mediador de decisões na condução de ações e análise dos seus resultados, permitindo a escola rever sua história.

Para tanto, podemos entender que é um projeto visto como instrumento norteador no processo de reflexão acerca da totalidade do trabalho da escola por encaminhar ações para o futuro com base na sua realidade atual e sua história, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Projeto como organização do trabalho da escola como um todo, que traz princípios de igualdade, gestão democrática, pública e gratuita. O processo de construção de PPP é marcado por três atos independentes:

O ato situacional que descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação, sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional;

O ato conceitual concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem.

O ato operacional concepção orienta-nos quanto a como realizar nossa ação; posicionarmos com relação as atividades a serem assumidas para transformar a escola; a tomada de decisões de como vão atingir nossas finalidade, nossos objetivos e nossas metas.

Ao questionar a uma professora X que leciona do 5º ao 9º ano em uma escola pública do município de Cuité, fazendo a seguinte pergunta: O que é o PPP? A mesma responde que é o famoso Projeto Político pedagógico.

É projeto porque reúne de ação concreta a executar durante determinado período de tempo; e político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individualmente e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. A professora relata que ao juntar as três dimensões, o PPP ganha força de um guia que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: missão, clientela, dados sobre a aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e plano de ação.

Ao mencionar que é projeto porque executa metas e objetivos da instituição escolar em um determinado período de tempo, o PPP é um planejamento que prevê ações a curto, médio e longo prazo, intervindo diretamente na prática pedagógica diária, não podemos definir um tempo determinado e que a avaliação mais geral e sistemática da escola é feita por ano. Enquanto o político e pedagógico segundo Ilma Passos, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos, mostrando a importância do eu papel como cidadão. A professora X quando aborda o que é PPP, não menciona os princípios norteadores que mostra a importância que ele traz para que se tenha uma escola democrática, pública e gratuita, provavelmente por não ter muito conhecimento sobre esse projeto.

Sobre a necessidade de elaborar um PPP? Para que a escola não perca seu rumo, para que ações sejam organizadas e bem elaboradas, que tenha fundamentação e faça com que a escola cresça.

Diante da resposta da professora, entendo que a importância e necessidade de elaborar um Projeto Político Pedagógico é que através dele encontramos princípios norteadores no qual traz os anseios por uma qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério que atende as necessidades da comunidade escolar e no desempenho dos papéis da escola, tentando fazer com que a escola seja democrática e descentralizadora, em que todos possam fazer parte coletivamente colaborando para a construção desse objetivo, com suas experiências e opiniões.

O PPP confere à escola autonomia ou regulação? A mesma acredita que com relação à autonomia da escola, as representações sociais apontam em duas

direções: a resolução interna de questões cotidianas e a impossibilidade das escolas públicas serem autônomas. A preocupação com a privatização do ensino nem sequer existe, pois essa medida não pode ser nem cogitada: não existem outras possibilidades além do financiamento da educação pública pelo poder estatal e o controle do mesmo.

Esta é realidade que vivemos em nossa prática cotidiana, mas que na verdade o Projeto Político Pedagógico confere a escola autonomia dando a ela capacidade de delinear a sua própria identidade, fazendo com que ela seja resgatada como um espaço público, onde haja debate, diálogo e reflexão coletiva.

Quanto que a importância da participação do professor na elaboração do PPP a professora X, pensa que o professor é uma peça fundamental para essa elaboração do PPP, já que é ele quem lida, diretamente com o aluno e sabe suas necessidades. Portanto, realmente a participação do professor é essencial para elaboração do projeto, mas a realidade não é bem essa, até mesmo porque apesar de terem recebido instrumentalização para elaborá-lo do outro lado concebem o projeto regulado como algo realmente exterior à sua prática cotidiana, ficando de fora quem realmente pode inovar e permanecendo a conhecida gestão centralizadora.

A professora X revela ainda que tem apoio pedagógico, mas não é suficiente, pois a escola tem que melhorar muito nessa prática, sinto necessidade da participação mais ativa dos pais na escola e de ter um psicólogo, porque a estrutura familiar anda afeando muito a vida dos alunos e eles necessitam de outro tipo e apoio que acaba sendo o professor que assume esse papel.

Analisando a resposta da professora, podemos notar que, o trabalho da escola ainda deixa a desejar, mostrando que falta compromisso por parte da escola, portanto a organização do trabalho pedagógico tem que ter uma participação coletiva, podendo assim contribuir para o processo educativo, a descentralização e uma educação de qualidade.

A professora X foi questionada se houve ou há centralização no processo de construção do PPP e nos desenvolvimentos das atividades da escola? Segundo a mesma existe sim a centralização desse processo existe principalmente em escola públicas, onde o dinheiro não vê diretamente para cada escola segundo a autora Ângela através de depoimentos feitos aos professores podemos observar que houve e ainda há uma centralização na construção do projeto e nas atividades da escola,

porque o professor ainda é visto como um profissional que tem que estar dentro de se sua sala de aula cumprindo uma carga horária e que não é lhe dado tempo para poder participar das decisões que lhe é cabida, para evolução do trabalho escolar.

E sobre a função do livro didático na escola, a professora X acha superimportante, para a continuidade de conteúdo, o professor que não se orienta pelo livro didático prejudica os alunos e o professor seguinte, porque muitas vezes deixa de dar um conteúdo fundamental para a outra série, por isso o livro didático é a base sequencial dos conteúdos.

A resposta da professora é exatamente o que ouvimos da maioria dos professores, mostrando que o livro didático também é referência para a seleção dos conteúdos. Talvez o currículo praticado por alguns professores venha a ser como fato e como prática que traz vida própria, deixando de lado os contextos sociais em que são incluídos. Sabemos que se não há uma organização curricular, não há mudança para que os professores e escolas possam fazer a diferença.

O PPP pode funcionar como instrumento de regulação da prática? A mesma defende que se o projeto for bem elaborado e se for cumprido o que está escrito, porque na maioria das vezes aquilo que está escrito não saem do papel. Por meio dessa reflexão percebe-se que o projeto implica em diversos enfrentamentos pessoas e coletivo, mostrando que não é tarefa fácil e nem tão pouco simples, mas necessário para que melhores a prática educativa, buscando possibilidades de transformação da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é uma proposta nacional, que incentiva a escola a traçar seu próprio caminho educativo. Está fundada nos princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita, tendo em vista a igualdade de condições para o acesso a permanência na escola; a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. Qualidade para todos formal, técnica e política; gestão democrática, princípio consagrado pela Constituição vertente e abrangente as dimensões pedagógicas, administrativas e financeira; liberdade constitucional, que está sempre associado à ideia de autonomia; valorização do magistério como princípio central na discussão do Projeto Político Pedagógico. A proposta foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional 9.394/96, no Inciso I assegurado no art. 15, título IV. O processo de construção do PPP é marcado por três atos interdependentes: O ato situacional; O ato conceitual; O ato operacional.

Portanto, este trabalho teve como objetivos principais: questionar, conhecer e fazer um diagnóstico ampliando a construção do PPP nas instituições escolares públicas, tendo em vista como proposta nacional em que levou as instituições escolares a fazerem uma reflexão acerca da totalidade do trabalho da escola. E, também, a execução, avaliação e tomada de decisões através de ações e desafios que levaram a diagnosticar o real e planejar o ideal, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo.

Para discutir e pesquisar sobre o Projeto Político Pedagógico, utilizei como suporte análises textuais através de leituras; questionamentos; teóricos em que se chegou ao entendimento do assunto; observações sistemáticas; interpretações; entrevistas com professores e equipe pedagógica, para conhecer as estratégias utilizadas, no qual foram colhidos resultados sobre o tema abordado, mostrando a realidade escolar. Deixando como ponto de partida para uma construção coletiva, o conhecimento e importância da construção que o PPP traz para as instituições escolares, mostrando um olhar novo para o crescimento educacional e para todos que fazem a educação. Porque a gestão democrática pode melhorar o que é específico da escola, isto é, o seu ensino.

As dificuldades encontradas durante esta pesquisa foram a insegurança por parte da equipe técnica pedagógica no decorrer das entrevistas. Pouco envolvimento na participação na ideia de se ter uma proposta nova, talvez por falta de conhecimento ou pelo excesso de atividade ao lado de exigência em trabalho e também a falta de participação da família no decorrer de colhimento de dados para se fazer um diagnóstico de como a escola funcionava com ou sem a participação da família.

De acordo com os dados colhidos e analisadas sobre o Projeto Político Pedagógico, permitem concluir que cada escola deve-se ter autonomia para elaborar seu próprio projeto institucional e pedagógico. O que se observa é que mesmo a exigência da nova Lei 9.394/96, onde se dar a autonomia as instituições escolares para se elaborar e executar sua proposta pedagógica para se ter uma escola democrática e autônoma, ainda se vê a falta de compromisso e interesse por parte dos órgãos públicos, como forma de controle existente no interior das escolas dos diferentes profissionais e também governantes.

Portanto, ao concluir este trabalho vejo a necessidade de outras pessoas procurar se aprofundar mais sobre o tema, afirmando que a escola precisa ser um espaço aberto onde todos os sujeitos sejam estimulados ao exercício da escolha como direitos civis, sociais e políticos. E só assim podemos dizer que seremos a escola que somos.

REFERÊNCIAS

- ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar. Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, Curitiba, 2007, p. 08.
- BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: **planejamento escolar: alfabetização e ensino da língua portuguesa** : ano 1: unidade 2 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional .-Brasília : MEC, SEB,2012.p.19
- _____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: **Direitos de aprendizagem no ciclo de alfabetização: ano 2 :unidade 1,2,4,5,6,7/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília : MEC, SEB, 2012.
- BORDEAUX, Ana Lúcia. Novo bem-me-quer alfabetização matemática: 1º, 2º, 3º ano/... [ET AL.].2.ed.- São Paulo: Editora do Brasil, 2011.
- CAVÉQUIA. Márcia Paganini. **A escola é nossa: letramento e alfabetização, 3º ano/**Márcia Paganini Cavéquia. –São Paulo: Editora Scipione.
- CONCEIÇÃO, Marcos Vinícius, ZIENTARSKI, Clarice e Pereira, Sueli Menezes. Gestão democrática na escola pública: possibilidades e limites. UNI revista. Vol. 1,n: 02. Abril 2006.
- FREIRE, Paulo. A Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e desenvolvimento infantil. Delineamento Relatórios de avaliação.** IN: Curso de pedagogia coletânea de textos didáticos 6. Campina Grande, UEPB. 2011. (p. 177-178-180).
- LONGHI, Simone Raquel Pagel, Bento Karla Lúcia. Projeto político pedagógico: uma construção coletiva. Revista de divulgação técnica – ciência do ICPG. Vol. 3, N: 9 . Julho – Dezembro 2006.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Perspectivas para reflexão em torno do Projeto Político pedagógico.** IN: Curso de pedagogia coletânea de textos didáticos 5. Campina Grande, UEPB. 2011. (P. 195-217).
- _____, Ilma Passos A. (Org). Projeto político-pedagógico: uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papirus, 2004.

RCNEI. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental-Brasília: MEC/SEF, 1998. 3V: il.

SILVA, Maria Abadia. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico. In: Cadernos cedes: Arte e manhãs dos projetos políticos pedagógicos. Campinas: Unicamp. v. 23, n. 61, dez, 2003.

VASCONCELOS, Celso do Santos. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004a.

_____. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 7. ed. São Paulo: Libertad, 2004b.

PHONTES, Leonora. In: Gestão Democrática e o Projeto Político Pedagógico na Escola. Disponível em URL <http://www.Centrefeducacional.com.br>.